

AS ORIGENS DA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS: UMA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICO-CRÍTICA

THE ORIGINS OF PORTUGUESE GRAMMAR:
A HISTORIOGRAPHICAL AND CRITICAL APPROACH

Carlos Alberto Faraco | [Lattes](#) | carlosfaraco62@gmail.com

Universidade Federal do Paraná

Resumo: Este texto é uma reflexão crítica sobre as origens da gramática do português, em especial sobre a crença de que a gramática tradicional padroniza os usos, tendo como referência os textos literários. Como se buscará mostrar aqui, é uma crença que, em geral, não corresponde à realidade, na medida em que, nas obras gramaticais tradicionais, predominam (quando não são únicos) os dados criados pelo próprio autor. Não há, em nenhuma delas, um *corpus* literário do qual se parte para as suas asserções e regras. No trato crítico dessa questão, é importante ter claro que há, aí, subjacentes duas concepções distintas de gramática, saídas de vertentes diversas dos estudos das línguas. De um lado, está a gramática vinda da tradição greco-latina (e, por isso, qualificada de *tradicional*), que, em tese, funda seus preceitos nos textos literários. De outro, estão os modelos gramaticais elaborados por diferentes teorias no interior da linguística, cujo escopo empírico alcança todas as manifestações da língua, quaisquer que sejam. Depois de um breve histórico da constituição da gramática tradicional, analisa-se, especificamente, as origens da gramática do português, mostrando que ela se fez, efetivamente, pela transposição da doutrina consolidada na tradição grammatical latina e pela acomodação nela da língua vernácula. A fonte da normatividade não foi propriamente o uso como tal, mas o que já estava dito nas gramáticas latinas.

Palavras-chave: Gramática. Português. Historiografia Crítica.

Abstract: This text is a critical reflection on the origins of Portuguese grammar, in particular on the belief that traditional grammar standardizes usage, using literary texts as a reference. As we will try to show here, it is a belief that, in general, does not correspond to reality, insofar as, in traditional grammatical works, data created by the author himself predominates (if not unique). There is, in none of them, a literary corpus from which to base their assertions and rules. When dealing critically with this issue, it is important to

clarify that there are two distinct conceptions of grammar underlying it, coming from different aspects of language studies. On the one hand, there is grammar coming from the Greco-Latin tradition (and, therefore, qualified as traditional), which, in theory, bases its precepts on literary texts. On the other hand, there are the grammatical models developed by different theories within linguistics, whose empirical scope covers all manifestations of the language, whatever they may be. After a brief history of the constitution of traditional grammar, the origins of Portuguese grammar are specifically analyzed, showing that it was effectively created by the transposition of the doctrine consolidated in the Latin grammatical tradition and by the accommodation of the vernacular language within it. The source of normativity was not actually usage as such, but what was already said in Latin grammars.

Keywords: Grammar. Portuguese. Critical Historiography.

Laudatio

Este texto é uma reflexão crítica sobre as origens da gramática do português. Foi escrito em homenagem a Ataliba Teixeira de Castilho, um dos mais profícuos e importantes linguistas brasileiros. A ideia me veio da leitura da introdução e do primeiro capítulo da sua monumental *Nova Gramática do Português Brasileiro*. Espero que esta homenagem não fique muito aquém das muitas qualidades do homenageado. Ataliba foi da geração que assumiu a tarefa de institucionalizar a linguística no Brasil. Esteve entre os fundadores da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) e do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL), as duas entidades pioneiras na congregação dos linguistas brasileiros. A ele devemos avanços incalculáveis no estudo do português brasileiro advindos dos dois grandes projetos coletivos que organizou e coordenou com brilhantismo: o projeto “Gramática do Português Falado”, do qual resultaram os volumes da *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*; e o projeto “História do Português Brasileiro”, que motivou tanto a busca da documentação histórica pertinente pelos arquivos do país quanto grande quantidade de estudos da história social e gramatical da língua no Brasil, reunidos em onze expressivos volumes organizados por Ataliba (Castilho, 2018-2022). Além disso, ele tem se dedicado também a provocar os linguistas brasileiros para que se empenhem num esforço teórico criativo de modo a tornar a nossa linguística fonte de proposições teóricas, garantindo uma interação de duas mãos com as vanguardas externas. Por tudo isso, sou grande admirador de Ataliba de Castilho, uma pessoa que

tem me inspirado em várias dimensões da pesquisa linguística. Acima de tudo, me sinto muito honrado por desfrutar de uma longa amizade fraterna com Ataliba.

Introdução

É um lugar comum afirmar que a gramática tradicional padroniza os usos, tendo como referência os textos literários. Como buscarei mostrar neste texto, é uma crença que, em geral, não corresponde à realidade, na medida em que, nas obras gramaticais tradicionais, predominam (quando não são únicos) os dados criados pelo próprio autor. Não há, em nenhuma delas, um *corpus* literário do qual se parte para as suas asserções normativas. No entanto, a crença é tão recorrente que o próprio Ataliba, ao apresentar a sua *Nova Gramática do Português Brasileiro*, teve de registrar a ressalva de que não seguia o rumo da tradição e acrescentou uma frase lapidar: “não acho que os escritores trabalham para nos abastecer de regras gramaticais” (Castilho, 2010, p. 32).

No trato crítico dessa questão, é importante ter claro que há, aí, subjacentes duas concepções distintas de gramática, saídas de vertentes diversas dos estudos das línguas. De um lado, está a gramática vinda da tradição greco-latina (e, por isso, qualificada de *tradicional*), que, em tese, funda seus preceitos nos textos literários. De outro, estão os modelos gramaticais elaborados por diferentes teorias no interior da linguística, cujo escopo empírico alcança todas as manifestações da língua, quaisquer que sejam.

São, portanto, dois projetos epistemológicos bem diferenciados. A gramática tradicional foi concebida pelos gregos alexandrinos, por volta da virada do século II AEC para o século I AEC, como *tékhnē* e não como *episteme*. Nasceu como um saber prático e não como um saber propriamente teórico-abstrato. Em outros termos, foi, primordialmente, vista como arte e não como ciência. Seu eventual estatuto de ciência veio à tona mais tarde e introduziu uma ambivalência (ou um dilema) entre arte e ciência que nunca se resolveu adequadamente.

Já os modelos gramaticais elaborados no interior da linguística são concebidos como atividade de natureza científica e começaram a emergir nas primeiras décadas do século XX com o surgimento da linguística estrutural, a dimensão sistêmico-sincrônica da moderna ciência da linguagem, nascida esta, em sua dimensão histórico-comparativa, na virada do século XVIII para o XIX.

A gramática tradicional agrega dois eixos: um aparato metalinguístico, que funciona como uma matriz descritiva, e um propósito normativo (Vieira, 2020). Já os modelos gramaticais da linguística têm apenas um eixo: um aparato metalinguístico. São, portanto,

modelos formais teórico-analíticos, sem qualquer propósito normativo, como é próprio, aliás, dos modelos teóricos de qualquer das ciências modernas. Nelas, se constroem modelos teóricos para analisar a realidade como tal, sempre sem qualquer intento normativo.

Ataliba, em sua *Nova Gramática do Português Brasileiro*, não está alinhado ao projeto epistemológico da gramática tradicional (o que justifica a ressalva que mencionamos anteriormente), mas ao projeto epistemológico da moderna ciência da linguagem. Seu interesse é apresentar, a partir de dados do projeto NURC (Norma Urbana Culta) e do projeto Gramática do Português Falado, aspectos da organização estrutural do português brasileiro, assumindo, como quadro teórico, uma perspectiva multissistêmica funcionalista-cognitivista, que concebe a língua como um conjunto de processos estruturantes. Não há, por conseguinte, nenhum propósito normativo nessa gramática.

Essa distinção entre os dois projetos epistemológicos nem sempre é bem compreendida pelos letrados, que costumam entender gramática apenas no sentido tradicional, por ser este o formato que lhes foi apresentado em sua experiência escolar. A própria ideia de que a língua é objeto de ciência (no sentido moderno do termo) lhes é, em geral, estranha, quando não desconhecida.

Dessa limitação conceitual e desse desconhecimento científico decorrem incompreensões e equívocos, nos debates públicos, sobre os objetos, objetivos e métodos da ciência da linguagem. O mais corriqueiro deles é o que atribui aos linguistas uma atitude antinormativa e, por consequência, a aceitação de um vale-tudo em matéria de língua. Chega-se ao absurdo de dizer que os linguistas são destruidores da língua, assertão que apenas revela um iletramento científico lastimável.

É óbvio que à ciência da linguagem interessam todas as manifestações da língua, sejam orais ou escritas, sejam prestigiadas ou estigmatizadas, sejam atuais ou antigas. Nesse sentido, para os linguistas vale, sim, tudo. Ou seja, qualquer fenômeno linguístico estará em seu campo de interesse teórico-analítico. Sua meta é produzir um saber sobre a língua como tal em qualquer de suas múltiplas manifestações. Seu foco é empiricamente amplo e não se restringe à língua escrita dita culta conforme se manifesta em textos literários, como, em tese, o faz a gramática tradicional em seu propósito normativo.

A linguística não se restringe a manifestações escritas, mas nada impede que as inclua em suas investigações teórico-analíticas, na medida em que elas são manifestações da língua dentre tantas outras. Nunca o fará, porém, com intuito normativo porque não é tarefa da ciência normatizar. As atividades normatizadoras envolvem outros fatores além do saber científico. Muitas vezes, inclusive, nem sequer se pautaram ou se pautam por esse saber.

Isso tudo não significa que os linguistas são antinormativos. Em primeiro lugar, porque, quando escrevem seus textos acadêmicos, seguem, mesmo que criticamente, as formas da língua de uso costumeiro no mundo acadêmico. Por outro lado, têm sido os linguistas a contribuir para o esclarecimento teórico-analítico dos processos normativos (Faraco; Zilles, 2017). Tal esclarecimento tem lhes dado instrumentos para definir adequadamente o papel sociocultural de um padrão de língua. E tem lhes dado, igualmente, no caso brasileiro (entre outros), instrumentos para uma avaliação crítica da história e de aspectos da norma-padrão tradicional (Vieira; Faraco, 2024, no prelo).

Fazer tais críticas não implica, contudo, em condenar a normatividade como tal. Para usar uma metáfora cansada, mas ainda expressiva, os linguistas não jogam o bebê da norma-padrão com a água do banho de suas pertinentes críticas. Cabe, sim, normatizar. Mas esta não é uma tarefa da linguística como ciência, embora seja racionalmente desejável que os saberes que ela produz sobre a língua sejam tomados em consideração em projetos normatizadores, para evitar decisões anacrônicas e arbitrárias. Esse é, no caso brasileiro, um tema em aberto, considerando que, apesar de pontuado aqui ou ali por filólogos e linguistas desde o século XIX, continua sem um enfrentamento sistemático.

Admitamos que não é fácil, para quem tem apenas a referência do saber gramatical escolarizado (que é, em geral, apresentado de forma categórica e dogmática) e opera apenas com a visão restrita de senso comum a propósito da heterogeneidade da língua, aceitar a historicidade e a relatividade dos preceitos normativos e, ao mesmo tempo, entender a relevância de uma norma-padrão numa sociedade de cultura escrita sedimentada. Só mesmo um saber (socio)linguisticamente bem informado poderá favorecer esse entendimento.

Breve histórico

A crença de que há um vínculo estreito entre a gramática tradicional e os “bons autores” tem, certamente, a ver com suas origens. A tradição grammatical greco-latina foi iniciada pelos filólogos que trabalhavam na Biblioteca de Alexandria. Dedicavam-se ali ao estudo dos textos dos poetas e prosadores prestigiados em sua cultura – Homero em particular. Em sua atividade, comparavam manuscritos diversos do mesmo texto, buscando, por meio do trato crítico das divergências, lacunas, interpolações e trechos ilegíveis, fixar a forma supostamente mais próxima da original. Para o desenvolvimento dessas atividades filológicas, necessitavam de um aparato terminológico e conceitual (uma metalinguagem) para poder falar sobre a língua desses textos.

Sabemos pouco sobre os gestos iniciais da construção desse aparato metalinguístico.

co. Borges Neto (2022), em sua *História da Gramática*, mostra que os gregos, já bem antes dos alexandrinos, refletiam sobre a língua, seja numa perspectiva retórica, seja numa perspectiva lógico-filosófica. Havia, portanto, um conjunto de saberes, um *a priori* categorial e conceitual, do qual os alexandrinos se serviram na constituição de suas *tékhnai grammaticai*, formatando-as por meio de um processo eclético que combinou elementos de lógica, metafísica, prosódia, métrica, retórica, assim como propriedades morfológicas da língua grega clássica, conforme se pode constatar na mais antiga *tékhnē grammatikē* que conhecemos, atribuída ao filólogo alexandrino Dionísio Trácio (c. 160 AEC - 85 AEC) e escrita, provavelmente, na virada do século II AEC para o século I AEC.¹

Esses manuais articulavam um saber prático utilizado como auxiliar para a execução do trabalho filológico. Não era, nesse sentido, um ramo autônomo do conhecimento, como viria a ser mais tarde. E, em si, eram mais de caráter expositivo do que explicitamente normativo. Na *tékhnē* atribuída a Dionísio Trácio, por exemplo, há um único momento que pode ser entendido como normativo, qual seja, sua caracterização da leitura como “a pronúnciação *impecável* dos poemas ou dos escritos em prosa” (*apud* Chapanski, 2003, p. 21 – destaque acrescido), assim detalhada:

Ao ler é necessário atentar para a entonação, a prosódia, a arte das pausas, o sentido contido <no texto>. É, pois, necessário ler a tragédia em tom heroico, a comédia coloquialmente, as elegias, plangentemente, a épica vigorosamente, a lírica melodiosamente e os lamentos humilde e tristemente. De fato, a <leitura> feita sem a observação desses <princípios> arruina o valor dos poetas e ridiculariza a postura dos leitores. (*apud* Chapanski, 2003, p. 21)

Isso não quer dizer que os filólogos alexandrinos não estivessem pensando a língua também com propósito normativo. O próprio objeto recortado por eles (o grego clássico e não o grego alexandrino de seu tempo) e o material empírico que tomavam como referência para codificar as características do grego clássico (os textos dos autores antigos) os induziam a uma atitude normatizadora.

Desse modo, a descrição como tal era já um guia normatizador: eis aí a língua modelar a ser imitada. Por isso, talvez, a remissão direta aos textos literários fosse, de fato, pequena, quando não rara. Na *tékhnē* atribuída a Dionísio Trácio, o autor recorreu mais a exemplos de sua lavra e só esporadicamente transcreveu trechos de Homero.²

¹ Sobre a controversa questão da autoria dessa *tékhnē grammatikē*, pode-se consultar Chapanski (2003) e Borges Neto (2022). A tradução do texto para o português, enriquecida com notas e comentários, se encontra em Chapanski (2003).

² Vale notar que Louis Holtz (1981), em seu rigoroso estudo da obra do gramático latino Donato, mostra que os exemplos literários são raros na sua *Ars Minor* e são abundantes apenas na parte terceira da sua *Ars Maior*, dedicada aos vícios, virtudes e figuras de linguagem.

Pode-se tomar esse manual como paradigmático do novo gênero textual/discursivo criado pelos alexandrinos, quer pela matriz de conceitos e termos que assentou, quer pelo modo expositivo que desenvolveu. Seu arcabouço metalinguístico, além de considerações sobre a face sonora da língua (necessárias, como se viu, para orientar a leitura em voz alta dos textos), incluía, como uma espécie de núcleo duro, uma doutrina sobre as classes de palavras. A esta se agregou, duzentos e tantos anos depois, uma primeira sintaxe da oração completa, com o tratado de Apolônio Díscolo (séc. II), que viria a ser retomado e ampliado por Prisciano de Cesareia (sé. V-VI) em sua portentosa obra *Institutiones Grammaticae*, uma espécie de grande suma do labor gramatical greco-latino.

O modo expositivo adotado por Dionísio Trácio, por sua vez, permaneceu como característico do discurso de toda a tradição de raiz greco-latina. Sua marca é a exposição doutrinária. O *dixit* dos gramáticos tradicionais se faz, como diz Ataliba de Castilho (2010, p. 32), no “estilo revelação”. Há um saber estabelecido *a priori* que é apresentado *ex-cathedra*, num movimento contínuo de retomada e reenunciação do que já foi dito. Algumas vezes, em obras maiores, esse saber é ampliado ou ressignificado, sem que seu núcleo duro se altere substancialmente. O “estilo revelação” é, certamente, o mais afinado com a apresentação de um saber que se assenta antes num *a priori* metafísico do que num *a posteriori* físico.

Comentando o modo expositivo de Donato (que se pode tomar como representativo do *dixit* dos gramáticos), diz Louis Holtz:

O conjunto dessa construção tem um aspecto severo e dogmático. A severidade, a austerdade da exposição técnica tributária desse método são características surpreendentes – toda uma estilística está em causa: definições abstratas constituídas com base num único molde; enumerações secas; a frequência do verbo de cópula *est*, *sunt*; transições artificiais (*nam*, *autem*) ou a ausência de transição. O dogmatismo se expressa pelo caráter universal e sem réplica das noções consideradas. Não se trata aí de um corpo de doutrinas que se cria a nossos olhos numa meditação livre, de uma pesquisa aberta, pondo em causa seu objeto num movimento dialético, mas de uma série de afirmações de grande peso que têm por efeito constituir uma espécie de inventário. (Holtz, 1981, p. 54)³

³ No original: “L’ensemble de cette construction a un aspect sévère et dogmatique. La sévérité, l’austérité de l’exposé technique tributaire de cette méthode sont des caractéristiques frappantes : toute une stylistique est en cause : des définitions abstraites bâties sur un unique moule ; de sèches énumérations ; la fréquence du verbe copule *est*, *sunt* ; des transitions factices (*nam*, *autem*) ou l’absence de toute transition. Le dogmatisme s’exprime par le caractère universel et sans réplique des notions envisagées. Il ne s’agit pas ici d’un corps de doctrines qui se crée sous nos yeux dans une libre méditation, d’une recherche ouverte, remettant en cause son objet dans un mouvement dialectique, mais d’une série de très pesantes affirmations qui ont pour effet de constituer une sorte d’inventaire.”

Com o passar do tempo, a gramática da tradição greco-latina deixou de ser apenas um manual auxiliar dos estudos filológicos e se tornou, primordialmente, um objeto pedagógico. A educação linguística da Antiguidade clássica, conforme relatada por Quintiliano (c.35 - 96) em seu livro *Institutio Oratoria*, incluía três estágios. Primeiramente, se fazia o ensino da leitura e da escrita. Na sequência, o estudante passava a frequentar as aulas do *grammaticus*. O currículo dessa etapa se centrava na leitura e comentário dos textos dos autores tomados como modelares. Como auxiliar dessa atividade, entrava, então, o estudo da gramática, da qual, recomendava Quintiliano, se devia ensinar tudo, menos “o que é inútil” (I.VII.34 – Pereira, 2005, p. 172), recomendação que, infelizmente, parece não ter vingado na nossa pedagogia da gramática, tão preocupada com minúcias. O curso do *grammaticus*, esse mergulho nos textos tomados como modelares, era uma etapa propedêutica para o objetivo maior da educação linguística greco-latina, qual seja, o estudo e a prática da retórica, com vistas a formar o bom orador para atuar nos tribunais e nos espaços políticos.

Ao se tornar objeto de ensino, a gramática agregou a seu conceito inicial (como está na *tékhne* atribuída a Dionísio Trácio) de “conhecimento empírico do comumente dito <nas obras> dos poetas e prosadores” (Chapanski, 2003, p. 21) o de “arte de falar corretamente”, como se lê em Quintiliano (I.IV.2 – Pereira, 2005, p. 85). O ensino do *grammaticus* romano abarcava, então, essas duas faces: a leitura e comentário dos textos dos autores consagrados (para isso, a metalinguagem da gramática servia de apoio técnico) e as coordenadas da correção linguística (o propósito normativo da gramática como a arte de falar corretamente), que tinha como meta alcançar o ideal da *Latinitas*, da língua modelar, cultuado pela elite romana letrada.

Os próprios parâmetros de correção se tornaram tema de reflexão. Quintiliano, por exemplo, dedicou todo o capítulo VI do Livro I de seu *Institutio Oratoria* para desenvolver uma longa discussão sobre esses parâmetros. Ele fazia menção a quatro critérios: a razão – que, em termos de hoje, equivaleria a sistema ou organização estrutural da língua, no qual Quintiliano incluía os processos analógicos –, a antiguidade, a autoridade e o uso. Ao mesmo tempo, comentava os limites de cada um deles como efetiva baliza de correção.

O longo arrazoado de Quintiliano sobre esses critérios mostra que, embora a correção linguística fosse um valor cultural, não tinha, de fato, critérios absolutos, nem se esgotava na autoridade de poetas e prosadores. A analogia pode, por exemplo, justificar novidades estruturais; o uso, muitas vezes, supera a autoridade; os poetas costumam, por razões de métrica, escapar do esperado; as expressões antigas podem conferir majestade

ao discurso, mas é preciso moderação para evitar afetação e mesmo prejudicar a clareza, que é a maior virtude do discurso. Por fim, o uso, embora seja ele o “o mais seguro mestre do falar” (I.VI.3 – Pereira, 2005, p. 138), não deve ser entendido liberalmente, ou seja, como qualquer uso, mas apenas o que resulte “[d]o consenso dos eruditos” (I.VI.45 – Pereira, 2005, p. 160). O discurso de Quintiliano sobre os critérios de correção é rigoroso, mas, ao mesmo tempo, ponderado. Não é um dizer categórico e dogmático. Chega a recomendar, em um ponto, ousadia (I.V.72 – Pereira, 2005, p. 136) e, em meio a certas dúvidas, afirma: “não me parece desprovido de graça dizer que uma coisa é falar latim, outra falar gramatiquês” (I.VI.2 – Pereira, 2005, p. 150), saudável distinção que raramente recorre em discursos normativos contemporâneos dogmáticos e pouco esclarecidos.

Os dois conceitos de gramática – como o conhecimento empírico do dito nas obras de poetas e prosadores e como a arte de falar corretamente – apareceram ainda em gramáticos da Antiguidade tardia, como em Diomedes (séc. IV), que acrescentou ao segundo conceito a correção do escrever: “(...) mas toda a gramática consiste principalmente na compreensão de poetas e escritores e na pronta exposição de histórias e na maneira correta de falar e escrever”⁴ (Diomedes, [séc. IV] 1857, p. 426 – tradução minha).

À medida que o período medieval, pós-queda de Roma, foi avançando, aumentou também a distância entre os falares vulgares (protorromânicos) e o latim do período clássico, tal como aparecia nos textos dos autores romanos consagrados. Em consequência, o primeiro conceito foi desaparecendo e as gramáticas passaram a ser entendidas apenas como a arte de falar e escrever corretamente. E os próprios parâmetros de correção deixaram de ser adequadamente problematizados.

O panorama linguístico da Europa latina, depois das invasões germânicas e da fragmentação do Império do Ocidente, era bastante complexo. De um lado, estavam os eruditos (uma pequena elite) escrevendo em latim e tentando manter os padrões clássicos, o que era cada vez mais difícil, considerando que tais padrões eram, de fato, uma referência linguística congelada no tempo porque perdera sua vitalidade original com a desintegração progressiva do Império. Esses mesmos eruditos procuravam também falar, em situações formais (no ensino, na administração política e religiosa e na diplomacia), um certo latim que tinha como referência só a escrita, na medida em que não era mais a língua viva da população. Na comunicação cotidiana, estavam em franco desenvolvimento as novas línguas vernáculas, herdeiras diretas das diferentes variedades do latim popular falado nas várias regiões do Império, diferenciação que veio a se intensificar pelo contato com as línguas dos povos germânicos.

⁴ No original: “tota autem grammatica consistit praecipue intellectu poetarum et scriptorum et historiarum prompta expositione et in recte loquendi scribendique ratione”.

Nesse panorama, é perfeitamente compreensível que a gramática se reduzisse a seu conceito de arte de falar e escrever corretamente. O latim dos letrados era cada vez mais artificial. Funcionava, de fato, como uma segunda língua, com o agravante de não haver mais falantes seus como primeira língua. Seu domínio exigia um elaborado trabalho intelectual que tinha de começar por uma apresentação da língua. A gramática deixou de ser, então, suplemento para falantes interessados em aperfeiçoar o domínio de sua língua primeira e passou a ser ponto de partida para se chegar a conhecer a língua que lhes era quase estrangeira. Construiu-se, por conseguinte, um modelo pedagógico que, além de fortemente normativo (era preciso dizer continuamente o que era o latim “correto”, já que não havia referência viva de qualquer modelo social), partia sempre do estudo gramatical. Só depois disso é que se passava à leitura e estudo dos textos e à prática da fala e da escrita. A gramática se desvinculou do estudo literário como tal e adquiriu autonomia. Estava entre as sete artes liberais; constituía, com a retórica e a dialética, o *trivium* e era entendida como a base de todo o currículo. Como diz Law (2003, p. 101):

A gramática era vista como a origem e o fundamento de todo o resto, o [saber] mais básico (nos dois sentidos da palavra). Era frequentemente retratada como uma professora conduzindo crianças pequenas em direção a coisas mais altas, brandindo um canivete para usar não apenas para afiar canetas de pena, mas também para extirpar os erros de seus alunos.⁵

Outro efeito da escolarização da gramática foi a inclusão, nos manuais, de toda uma parte dedicada aos “vícios e virtudes”, englobando comentários sobre barbarismos, solecismos e linguagem figurada. Ampliava-se, assim, o eixo normativo da exposição gramatical, conforme se pode ver já em Quintiliano e, depois, em gramáticos da chamada Antiguidade tardia, como na *Ars* de Mário Plócio Sacerdote (século III), na *Ars* de Diomedes (século IV) e na Parte III da *Ars Maior* de Donato (século IV). Esta última foi extensamente usada no ensino do período medieval e será referência para a escrita de gramáticas das línguas vernáculas a partir do século XV. A ela se conjugou a obra monumental de Prisciano (séc. V-VI) retomada pelos intelectuais envolvidos no chamado renascimento carolíngio, no século IX (Law, 2003, cap. 7).

Na Baixa Idade Média, o estudo gramatical tomou um novo rumo, paralelo à tradição greco-latina escolarizada. A filosofia escolástica motivou a busca de uma teoria ca-

⁵ No original: “Grammar was viewed as the origin and foundation of all the rest, the most basic (in both senses of the word). It was often depicted as a woman teacher leading young children on to higher things, brandishing a penknife for use not only in sharpening quill pens but also in excising the mistakes of her pupils.”

paz de dar suporte lógico-filosófico às afirmações sobre a linguagem, teoria que tomou forma em várias obras, das quais a mais destacada foi o *Tractatus de modis significandi seu grammatica speculativa*, escrito por Tomás de Erfurt (? – c.1310) por volta de 1300.

Sobre essas gramáticas, diz Borges Neto (2017, p. 14):

Ao avesso da tradição gramatical, iniciada na Grécia do século II a.C. e continuada até o início da Baixa Idade Média, que dava à gramática uma função basicamente pedagógica, as gramáticas dos especulativos procuravam estabelecer uma *teoria* capaz de suportar logicamente as afirmações sobre a linguagem. Enquanto as gramáticas anteriores se dedicavam a determinar os valores fonéticos das letras e das sílabas, estabelecer os paradigmas flexionais das palavras e as possibilidades combinatórias (sintáticas, no fundo) das palavras na composição das orações – sempre com o objetivo de chegar a um ideal de fala/escrita “correta” –, a preocupação dos especulativos era com a significação. Interessava-lhes saber como as expressões linguísticas podiam significar. As gramáticas dos especulativos, de modo geral, só olhavam para as classes de palavras para investigar a contribuição que as palavras de cada classe davam para o significado da oração.

Essa diferença entre as duas abordagens fica bem clara na afirmação de um desses gramáticos, Boécio da Dácia (c.1240 – 1280), a propósito de Prisciano:

[...] como Prisciano não explica a gramática por meio do conhecimento de seu funcionamento interno, sua teoria é muito limitada. Daí que tire muitas conclusões gratuitas [...] que justifica recorrendo à autoridade dos gramáticos antigos [...] (Boécio da Dácia, Questão 9, *apud* Beccari, 2017, p. 37)

Prisciano era, sim, uma referência respeitada quanto à apresentação da gramática do latim. No entanto, merecia críticas desses pensadores por não ter ido além da mera descrição, deixando de realizar uma investigação sobre os fundamentos lógico-filosóficos da organização da língua. A “correção” estava presente no pensamento desses gramáticos, mas era entendida sob outro ponto de vista. Não se tratava de buscar o “correto” com base, digamos assim, nos critérios de Quintiliano (que incluíam a autoridade dos autores consagrados), mas de estabelecê-lo com base num sistema de regras lógicas manifesto nas propriedades sintáticas e semânticas das expressões.⁶ A gramática deixou de ser pensada como *tékhne* e passou para o patamar da *episteme* – passou a ser pensada por um quadro teórico lógico-metafísico universalista. A teoria era exemplificada com expressões do

⁶ É plausível dizer que, dentre os critérios de Quintiliano, os gramáticos especulativos se centravam na *ratio*, ressignificada como o todo organizacional de base lógico-filosófica da língua.

latim (a língua de cultura do mundo medieval), mas, por buscar definir o fundamento lógico-metafísico da linguagem, era entendida como válida para qualquer língua.⁷ Por isso mesmo, não havia, na exposição argumentativa dos especulativos, qualquer referência à *auctoritas* de poetas e prosadores. Não lhes interessava nem o “comumente dito <nas obras> dos poetas e prosadores”, nem “a arte de falar e escrever corretamente”. Seu objeto eram os modos de significar, como se pode ler em Tomás de Erfurt (c. 1300, *apud* Beccari, 2017, p. 99):

Visto que, em toda ciência, saber e entender relacionam-se com o conhecimento de princípios, como está escrito no primeiro livro e no comentário da *Física* de Aristóteles, é oportuno para nós, desejosos de conhecer a ciência da gramática, determo-nos em todos os seus princípios, cujos modos são os modos de significar.

Como mostra Beccari (2017), a gramática especulativa perdeu fôlego a partir da segunda década do século XIV frente a uma ampla adesão de pensadores escolásticos ao nominalismo. Com isso, um programa teórico que assumia pressupostos realistas, como o dos gramáticos especulativos, deixou de interessar. Ao mesmo tempo, o surgimento do Humanismo, postulando uma retomada das investigações filológicas de obras literárias da Roma clássica e dos estudos da retórica, reavivou uma perspectiva de estudo retórico-estilístico da língua latina, na qual não havia lugar para as teorizações lógico-filosóficas.

Estas retornarão, porém, no século XVI, com o desenvolvimento de uma linhagem gramaticográfica racionalista de caráter logicista e universalizante adotada por autores europeus que escreveram gramáticas do latim, em especial o italiano Júlio César Escalígero (1484-1558) e o espanhol Francisco Sanchez de las Brozas (1523-1600). O primeiro escreveu *De causis linguae latinae* (1540) e o segundo, *Minerva - seu de causis linguae latinae* (1587). Essas obras se opunham à tradição humanista, representada principalmente por outro autor italiano, Lorenzo Valla (1407-1457), e sua *Elegantiae linguae latinae*, publicada em 1444. Enquanto Valla – plenamente inserido no Humanismo italiano – produziu uma obra fundamentalmente estilística fundada no uso dos autores latinos clássicos, os gramáticos Escalígero e Sanchez de las Brozas defendiam que a gramática deveria estar fundada não no uso, mas na *ratio* (Apel, 1975). Tratava-se, para eles, não de glorificar e imitar as belezas estilísticas da *latinitas*, mas de investigar as causas e os princípios racio-

⁷ Pode-se ler, em Borges Neto (2022), uma detalhada apresentação da gramática especulativa. Por outro lado, Beccari (2017) traz o texto original da gramática de Tomás de Erfurt e sua tradução para o português, acompanhados de um amplo acervo de notas com comentários e informações complementares e antecedidos de um cuidadoso estudo introdutório que situa historicamente o movimento modista.

nais ordenadores das estruturas linguísticas. Nesse sentido, são ilustrativas as asserções de Sanchez de las Brozas apresentadas a seguir.⁸ As duas primeiras, extraídas do capítulo 1 do Livro I, justificam o título *Minerva – seu de causis linguae latinae*. A última asserção, agora do capítulo 2 do Livro I, retoma, com outras palavras, a condenação do dito (normativo) “O mestre o disse”:

Por que chamei de *Minerva - ou Causas da Língua Latina* a este produto das minhas insôniias? Porque pretendo descobrir a causa e o verdadeiro princípio de cada questão, desaprovando, junto com Cícero, o dito pitagórico: ‘O mestre o disse’. (Sanches de las Brozas, 1761 [1587], p. 8)⁹

Em síntese, pois, há que se dar, em primeiro lugar, a explicação racional das coisas e só depois, se possível, virão os testemunhos, para que as coisas se convertam de boas em claras. (Sanchez de las Brozas, 1761 [1587], p. 7-8)¹⁰

Posto que o tema de que tratamos há de ser demonstrado primeiro com a razão, depois com testemunhos e com o uso, ninguém deve estranhar se não sigo os homens ilustres. É que, por mais autoridades em que se apoie o gramático, se não demonstra o que diz com a razão e com exemplos, não será digno de crédito em nada e menos ainda em gramática. (Sanchez de las Brozas, 1761 [1587], p. 8)¹¹

Essa perspectiva gramaticográfica desembocou, agora no trato da língua vernácula, na *Grammaire générale e raisonnée de Port-Royal* (em português, *Gramática de Port-Royal ou Gramática Geral e Razoada*), publicada em 1660 pelos franceses Antoine Arnauld (1612-1694) e Claude Lancelot (1615-1695). Esta obra se consolidou como o modelo da gramática dita racionalista ou filosófica. Seus autores defendiam que fossem investigados “os verdadeiros fundamentos da arte de falar” (Arnauld; Lancelot, 2001 [1660], p. 5), tendo como objeto, portanto, não apenas o uso da língua, mas, antes de tudo, o conhecimento de suas razões.

⁸ Os textos latinos foram retirados da edição publicada em Amsterdam, em 1761. As minhas traduções para o português tomaram como referência a tradução para o espanhol da edição organizada por Sánchez; Caparro Gómez (1995).

⁹ No original: “Quae causa fuit, ut has nostras vigilias, *Minerva, seu de causis linguae Latinae*, inscriberemus; quia cuiuslibet quaestionis causas & vera principia eruere conamur; improbantes cum Cicerone, Pythagoricum illud, Ipse dixit.”

¹⁰ No original: “Relinquum est igitur, ut omnium rerum ratio primum adhibeatur, tum deinde, si fieri poterit, accendant testimonia, ut res ex optima fiat illustrior.”

¹¹ No original: “Quoniam res, de qua agimus, ratione primum, deinde testimoniis & usu, est comprobanda, nemo mirari debet, si magnos interdum viros non sequamur; nam quantacunque auctoritate mihi Grammaticus polleat, nisi ratione propositisque exemplis, quod dixerit, confirmaverit, nullam in re praesertim grammatica fidem faciet.”

A gramática de Port-Royal viria a ser, positiva ou criticamente, referência de muitas das discussões sobre a linguagem que atravessaram o século XVIII, principalmente na França, onde se desenvolveram estudos gramaticais de monte, em especial aqueles vinculados à *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (Diderot; D'Alembert, 1751-1772). Os seus verbetes de temas gramaticais adotaram tanto perspectivas racionalistas, alinhadas a Port-Royal, quanto empiristas, alinhadas ao projeto antilatinizante iniciado, na primeira década do século XVIII, pelo gramático francês Claude Buffier (1661-1737) e expandido por Gabriel Girard (1677-1748) e Étienne de Condillac (1714-1780).¹²

Ambas as perspectivas repercutiram na gramaticografia do português. Contador de Argote (1676-1749) e Reis Lobato (1721?-1803?)¹³, por exemplo, embora seguissem uma linhagem latinizante (pouco afeita, portanto, ao que propunham Arnauld e Lancelot), mencionaram Port-Royal nos preâmbulos de suas gramáticas, sem que se note qualquer repercussão estruturante daquele pensamento nas análises apresentadas nelas. A menção a Port-Royal nos preâmbulos foi, talvez, apenas uma concessão à moda teórica.

Mais à frente, autores como Bacelar (1783), Melo (1818) e Barbosa (1822), em Portugal, e Loureiro (1828), Duarte (1829) e Bezerra (1861), no Brasil, apresentaram suas obras como “gramáticas filosóficas”, sendo a de Barbosa (1822) a mais substancial delas. Gonçalves (2006) traz uma lista de algumas dessas gramáticas e analisa o movimento gramatical racionalista em sua conjuntura e em suas características, destacando, em particular, seu caráter mais eclético do que dogmático. Diz ela em suas considerações finais (2006, s.p.):

Fruto de condições sociais, políticas e religiosas que contribuíram para manter o ensino sob o controlo de agentes de mentalidade não “iluminada” – conjuntura conducente à expulsão dos Jesuítas e ao encerramento dos seus colégios –, o electismo ideológico manifestou-se em todas as formas do saber devido à recepção em diferido das ideias europeias, mormente as francesas. Essa característica denota-se em todos os domínios, não sendo a gramática exceção. Na verdade, tal como a língua, poderoso instrumento de comunicação e de circulação das ideias, a gramática participou da agenda do legislador e, devido a isso, foram franqueadas as portas a certas correntes e autores de pensamento pedagógico e linguístico. Para lá das

¹² Um estudo sobre as diferentes linhagens seguidas na gramaticografia das línguas vernáculas europeias pode ser lido em Faraco; Vieira (2021).

¹³ Nada se sabe da vida de Antônio José dos Reis Lobato. Assunção (2000) levanta a hipótese de que ele nunca tenha, de fato, existido e o nome seja apenas um pseudônimo usado por alguém a serviço do Marquês de Pombal no processo de reforma do ensino, produzindo a gramática pedagógica necessária para a introdução do ensino de português, acoplado ao ensino de latim, nas escolas de Portugal, uma das diretrizes da reforma pombalina.

influências implícitas, a variedade das correntes representadas pelas fontes citadas (racionalista, “sensista” ou “sensualista” e “ideologia”), bem como a integração desses contributos numa mesma obra, regra geral sem problematização nem dos conceitos nem de certa terminologia, faz da gramática filosófica portuguesa um produto ideologicamente ecléctico, de filiação variada, que exige um laborioso e paciente trabalho de cotejo textual, trabalho ainda por fazer. Talvez o interesse desta gramaticografia resida precisamente na tessitura híbrida que lhe advém da conciliação de pontos de vista nem sempre convergentes na origem.

A linhagem empirista, por sua vez, sob influência da Gramática do Castelhano, publicada pela Real Academia Espanola (RAE) em 1771, apareceu, pela primeira vez em Portugal, na obra *Rudimentos da gramática portugueza*, de Pedro José da Fonseca (1737-1816), publicada em 1799. No fim do século XIX, essa linhagem voltará a inspirar a produção de gramáticas portuguesas e brasileiras, que se declaravam “científicas” por criticarem a tradição das gramáticas filosóficas e por se dizerem seguidoras da linguística histórico-comparativa, a nova onda teórica que vinha da Alemanha.

Essa declaração de científicidade por alinhamento com a linguística histórico-comparativa em nada alterou a organização das gramáticas. Primeiro, porque não estava no foco de interesse desse movimento teórico-analítico a produção de gramáticas expositivo-normativas. Por ser um projeto essencialmente histórico, motivou, sim, a criação de um novo gênero textual/discursivo – as gramáticas históricas. Assim, as informações históricas que apareciam nas gramáticas expositivo-normativas do fim do XIX e começo do XX eram, geralmente, apenas agregadas ao texto como uma espécie de ilustração erudita. As gramáticas em si não fugiam da matriz greco-latina. Eram, na verdade, projetos ecléticos em que, ao núcleo duro da tradição, agregavam comentários de história da língua (sob o impacto da grande novidade europeia da época, a linguística histórico-comparativa), formulações das gramáticas filosóficas (mesmo quando no plano retórico as criticassem) e apropriações de gramáticos de outras línguas, principalmente do inglês (como se pode ler, por exemplo, no Prefácio da segunda edição da gramática de Júlio Ribeiro¹⁴). Não se nega que eram manuais volumosos e de grande fôlego e contribuíram para sumarizar e sistematizar o saber grammatical tradicional. Essa consolidação vai ser repetida, sem significativas alterações, nas gramáticas brasileiras posteriores e, mais tarde, apenas ajustada à Nomenclatura Gramatical Brasileira de 1959.

¹⁴ Prete (2020), além de fazer uma ótima revisão crítica das avaliações da gramática de Júlio Ribeiro correntes em estudos historiográficos contemporâneos da gramaticografia brasileira, mostra, com bastante propriedade, como se deu essa sistemática integradora na gramática desse autor, a qual, pode-se afirmar sem erro, caracterizou todas as gramáticas do período.

É preciso reconhecer, neste ponto, que a matriz greco-latina, tendo se constituído dentro das coordenadas epistemológicas especulativo-metafísicas do mundo grego, não tem em si a dinâmica da ciência moderna. Mantém-se, por conseguinte, como um saber acabado, fechado, estático. Não se deve, portanto, estranhar que as gramáticas tradicionais contemporâneas, no fundo, apenas se repitam. São as mesmas classes de palavras desde Dionísio Trácio (com alguns pequenos ajustes ao longo da história). Quanto à sintaxe, seu objeto nunca foi além da oração completa, como já estava posto, em linhas gerais, em Dionísio Trácio e ficou consolidado em Prisciano.

Cabe pontuar que, nessa tradição, os fenômenos sintáticos da coordenação e da subordinação foram sempre tratados a partir do estudo da classe das conjunções e dos pronomes relativos (quase como um epifenômeno dessa classe e subclasse) até se consolidarem no atual modelo, em que a subordinação das orações é tratada num capítulo próprio da sintaxe e as orações são classificadas pelo seu funcionamento, no interior de uma oração principal como substantivos, adjetivos ou advérbios. Essa classificação, que aproxima um tipo de oração subordinada e uma determinada classe de palavras, foi proposta, no início do século XIX, pelo médico e gramático alemão Karl Ferdinand Becker (1775-1849).

Becker foi autor de várias obras sobre linguagem, entre as quais uma gramática do alemão, publicada em 1829. Foi nesta que ele propôs a classificação das orações subordinadas em substantivas, adjetivas e adverbiais. A sua gramática foi traduzida para o inglês em 1830 e, a partir daí, sua classificação foi incorporada nas gramáticas do inglês e, progressivamente, adotada pelas gramáticas de outras línguas.¹⁵ A primeira gramática do português a adotá-la, ao que tudo indica, foi a de Júlio Ribeiro (1881), leitor que foi das gramáticas do inglês da época, conforme mencionou no Prefácio da segunda edição, de 1884.

Pode-se dizer que este foi o último ajuste mais significativo na matriz greco-latina. Embora interessante, não passou, porém, de um rearranjo interno, considerando que a matriz como tal não tem mais vitalidade e, por isso mesmo, é passível apenas de repetição. como testemunham as gramáticas tradicionais contemporâneas. No caso do Brasil, as balizas dessa matriz foram congeladas, em 1959, por portaria do ministro da Educação, na Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB).¹⁶

Já foi comum dizer que a NGB embaraça os estudos da língua. Tal juízo, contudo, não procede. Ela foi fixada com o único objetivo de uniformizar a terminologia adotada

¹⁵ Um detalhado estudo do longo processo que culminou no trabalho de Becker pode ser lido em Andrieu (2007).

¹⁶ Sobre a história e a configuração da NGB, pode-se consultar Henriques (2009).

nos conteúdos gramaticais dos programas escolares. Por consequência, ela uniformiza a escrita de gramáticas escolares, que são, em essência, gramáticas tradicionais. Como esse modelo gramatical é acabado, fechado e estático (independentemente de haver ou não uma nomenclatura congelada), a NGB não limita ou embaraça nenhuma investigação no interior da linguística. Como apontei, no início, são dois projetos epistemológicos distintos que caminham, de fato, em linhas paralelas. É, por isso, um equívoco achar que a linguística veio reconstruir a gramática da tradição greco-latina ou que a ciência moderna da linguagem seja mera extensão da gramática tradicional.

É bem verdade que a terminologia tradicional e mesmo certos pressupostos sobre a natureza da língua vindos da tradição foram apropriados por teorias linguísticas e estão, conforme diz Borges Neto (2012), “naturalizados” e tem “uso protocolar” nessas teorias. Afora o complexo problema epistemológico aí embutido e discutido por Borges Neto (2012), essa apropriação dá visibilidade ao fato de que dois milênios e meio de uma tradição conceitual-analítica deixaram marcas profundas no pensamento ocidental sobre a linguagem e repercutem no modo como são construídos os modelos teórico-analíticos no interior da jovem ciência da linguagem, que nasceu, em sua dimensão histórico-comparativa, há apenas dois séculos e desenvolveu sua dimensão estrutural-sincrônica apenas a partir do início do século XX.

É curioso, por fim, observar que algumas gramáticas tradicionais contemporâneas, embora mantenham o núcleo duro da matriz greco-latina, agregam informações e teorizações retiradas de teorias linguísticas e apresentadas como parte de comentários de fatos gramaticais (como faz, por exemplo, Bechara (2000), no capítulo sobre o verbo, a propósito de tempo e aspecto). Trata-se, de certa forma, de uma naturalização reversa. Ou seja, as teorizações resultantes de análises linguísticas são tomadas como atemporais, definitivas e desvinculadas de seus modelos teóricos. Parece que as eventuais incongruências advindas dessas apropriações deixam de ser devidamente avaliadas.¹⁷

Há, portanto, relevantes e complexas questões epistemológicas envolvidas nas aproximações e apropriações, de parte a parte, dos saberes tradicionais e dos saberes oriundos da moderna ciência da linguagem. São questões que raramente têm sido enfrentadas. Debatê-las aqui fugiria ao escopo deste texto. Fica, porém, o registro de sua relevância.¹⁸

¹⁷ Sobre essa questão, há uma interessante análise crítica da gramática de Bechara (2000) em Mulinacci (2016).

¹⁸ O século XXI viu nascer, no Brasil, um outro tipo de gramática – as chamadas gramáticas de linguistas. Não há espaço aqui para discuti-las. Sobre elas, há análises interessantes em Vieira (2015), Faraco; Vieira (2016) e Borges Neto (2022).

Origens da gramática do português

Dá-se, como marco inicial da gramaticografia das línguas europeias modernas, a *Gramática Castellana*, escrita por Antônio de Nebrija (1441?-1522) e publicada em 1492.¹⁹ Nebrija era professor de latim em Salamanca e tinha escrito uma celebrada gramática do latim (*Introductiones latinae*), publicada em 1481 e que conheceu sucessivas edições, sendo usada ainda no século XVIII. Conhecia bem, portanto, a tradição gramatical greco-latina, da qual se apropriou e com a qual dialogou na feitura de sua gramática do castelhano.²⁰

A esse propósito, é curioso notar que, embora se apoiasse extensa e claramente em Prisciano, nunca mencionou seu nome no corpo da gramática do castelhano. São, porém, frequentes nela as remissões explícitas a Quintiliano. Talvez essa diferença se justifique pelo fato de Prisciano ser do conhecimento comum dos letrados desde, pelo menos, o renascimento carolíngio. Já o texto completo da obra de Quintiliano tinha sido redescoberto apenas em 1416, num monastério de St. Gall (Suíça), por Poggio Bracciolini (1380-1459), um dos mais importantes humanistas do Renascimento italiano. A partir daí, a obra passou a ser uma referência explícita obrigatória nos estudos de gramática e de retórica até, pelo menos, o século XVIII (Faraco, 2018).

Nebrija construiu sua gramática em dois movimentos expositivos complementares. Primeiro, tomou das gramáticas latinas tudo o que pudesse ser também aplicado ao castelhano. Desse modo, enobrecia a língua vernácula, mostrando-a semelhante ao latim. Num segundo movimento, foi completando esse seu quadro expositivo com formulações que davam conta daquilo que era específico do castelhano.

Desse modo, a gramática de Nebrija não foi da língua para a gramática, mas, sim, da gramática para a língua. Ou seja, o arcabouço da gramática greco-latina foi tomado como uma matriz pré-dada na qual o castelhano foi enquadrado. Daí decorre o fato de que não há um *corpus* de referência. O próprio gramático e só ele é quem criou os exemplos. Foi de si mesmo, de seu modo de falar a língua, que Nebrija tirou seu material empírico. Só muito esporadicamente trouxe exemplos literários, que ficaram restritos a comentários sobre métrica e sobre algumas das figuras de linguagem e foram retirados da obra de um único poeta – Juan de Mena (1411-1456). O trabalho de reduzir a língua castelhana a *artifício* (como declarou, no Prólogo, ser sua intenção) se constituiu, no fundo, numa ativi-

¹⁹ Um panorama do pensamento linguístico do Renascimento e do processo inicial da gramatização das línguas vernáculas modernas pode ser lido em Bagno (2023, t. I, cap. 4).

²⁰ Entre as várias edições de sua gramática latina, Nebrija publicou, possivelmente em 1488, uma em que comparava o latim e o castelhano (Nebrija, 1996), uma espécie de exercício preparatório para a escrita de sua gramática do castelhano.

dade de acomodá-la a um quadro doutrinal já praticamente pronto. O *dixit* do gramático pode, então, ser assim resumido: Eis – como espelho da gramática latina – a gramática da língua da qual sou falante. Sigam-na! Foi por esse diapasão enunciativo que autores de gramáticas de outras línguas vernáculas escreveram seus manuais no século XVI.

Dante disso, parece que não há como escapar da conclusão de que não passa de um mito de origem a crença de que a gramática tradicional das línguas modernas toma os “bons autores” como ponto de partida de suas asserções. O seu início se fez, efetivamente, pela transposição da doutrina consolidada na tradição grammatical latina, acomodando nela a língua vernácula. A fonte da normatividade não foi propriamente o uso como tal, mas o que já estava dito nas gramáticas latinas.

Na gramaticografia inicial do português, Fernão de Oliveira (1507-1581), em sua *Gramática da Linguagem Portuguesa*, publicada em 1536, disse que iria notar o bom costume dos que sabem a língua, “para que outros muitos aprendam” (Oliveira, 1975, p. 38). No entanto, todos os exemplos são de sua lavra. O autor se assumiu, portanto, como representante qualificado e suficiente dos que “mais sabem a língua”.

João de Barros (1496-1570), em sua *Grammatica da lingua portuguesa*, publicada quatro anos depois, não fez diferente. Definiu a gramática como “hū modo certo e iusto de falar, & escrever, colheito do uso, e autoridade dos barões doutos” (Barros, 1540, p. 2). Assim dito, parece que o movimento seria da língua para a gramática. No entanto, na prática, ele se assumiu também como representante qualificado e suficiente dos “barões doutos”. Todos seus exemplos são de sua criação. Nesse sentido, o modo como construiu sua gramática em nada diferiu de Nebrija ou de Oliveira.

E, por essa trilha, seguiram os gramáticos portugueses nos dois séculos e meio seguintes. Foi só com Pedro José da Fonseca, em 1799, que se introduziu, na gramaticografia portuguesa, a prática de abonar as asserções e regras com exemplos literários. Isso, porém, pouco ou nada alterou o *modus faciendi* dos gramáticos. A exposição continuou sendo da gramática para a língua e não ao contrário.²¹ Em geral, se assume que a doutrina está consolidada e o gesto primordial é repeti-la, o que não impede que se façam alguns ajustes terminológicos e conceituais, críticas ao que disseram gramáticos anteriores e acréscimos que tomam por base o que escrevem gramáticos de outras línguas. E a exemplificação, por sua vez, oscila. Há gramáticas em que não há, praticamente, exemplos literários, só os forjados pelo autor (como a de Sotero dos Reis, de 1866); em outras,

²¹ Tendo isso em conta, afirmar, como se lê ocasionalmente, que as gramáticas tradicionais do português registram os usos linguísticos assumidos como exemplares, adotando como referência os falantes mais cultos da sociedade, é revelar um profundo desconhecimento da história da gramaticografia da língua.

ocorre a exemplificação literária, mas predominam exemplos criados pelo próprio autor (como a de Júlio Ribeiro, de 1881); e, em outras ainda, é relativamente farta a presença de exemplos literários (como a de Grivet, de 1881, e a de Maciel, de 1894), em especial na parte dedicada à sintaxe. Por outro lado, é bem sabido que a exemplificação é sempre seletiva: só são recolhidos exemplos que abonem o que diz a doutrina. Se um “bom autor” tem usos que não correspondem a ela, estes ou nunca são tomados em conta ou são eventualmente citados com a observação de que devem ser evitados.²² Essa seletividade reforça nossa tese de que o gesto enunciativo vai sempre da gramática para a língua e nunca ao contrário.

Considerações finais

O sociólogo Norbert Elias (1897-1990) dizia, a propósito de seu trabalho científico, que seu objetivo era “levantar o véu das mitologias que mascara nossa visão da sociedade” (Elias, 2001, p. 45). Ao lê-lo, alguns anos atrás, me ocorreu que talvez valesse a pena tentar levantar também o véu de algumas mitologias que mascara nossa visão da língua e, especialmente, da gramática.

Uma dessas mitologias é o lugar comum de que as gramáticas tradicionais formulam seus ditos e regras com base nos textos dos “bons autores”. Procurei, neste texto que escrevi em homenagem a Ataliba de Castilho, fazer uma leitura crítica dessa mitologia. Penso que “desmitificar as ocultações” (Elias, 2001, p. 48) pode contribuir para levar à frente uma necessária discussão dos nossos processos normatizadores, de modo a delinear, para o português brasileiro, uma norma-padrão livre de artificialismos e arbitrariedades, com a qual se possa superar, positivamente, um ensino anacrônico e desfuncional, contribuindo, assim, para o desenvolvimento das práticas de escrita, hoje tão prejudicadas pela falta de referências realistas e pela consequente insegurança dos falantes. A *Gramática do Português Brasileiro Escrito* (Vieira; Faraco, 2023), tendo, como pano de fundo, os dados historiográficos aqui discutidos, busca dar contribuições para esse necessário debate.

²² A esse propósito, vale mencionar dois dentre vários exemplos desse tipo de juízo. Almeida (2005, p. 180), por exemplo, dizia, sobre construções do tipo *seu pai dele*: “Tais modos de dizer, ainda que aforados em textos portugueses de bom cunho, devem evitar-se”. E Laudelino Freire (s.d., p. 18), sobre a regra que estipula a obrigatoriedade da próclise do pronome oblíquo ao verbo quando precedido de *onde*, *quando*, *como*, dizia: “Os exemplos colhidos nos clássicos mais corretos, que porventura contrariem esta regra, não lhes tiram o caráter imperativo”.

Referências

- ALMEIDA, N. M. de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ANDRIEU, W. *Le concept de subordination et les grammaires de l'anglais*. Thèse de Doctorat. Paris: Université de Paris X – Nanterre, École Doctorale Lettres, Langues et Spectacle, 2007.
- APEL, K. O. *L'idea di lingua nella tradizione dell'umanesimo da Dante a Vico*. Bologna: Il Mulino, 1975.
- APOLÔNIO DÍSCOLO. *Sintaxis*. Trad. e ed.: V. B. Botas. Madrid: Gredos, 1987.
- ARGOTE, J. C. de. *Regras da Lingua Portugueza, espelho da lingua Latina*. Lisboa: Officina da Musica, 1725.
- ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *Gramática de Port-Royal*. [1660] Trad. B. F. Bassetto; H. G. Murachco. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ASSUNÇÃO, C. *A arte da Grammatica da lingua portugueza de António José dos Reis Lobato: estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.
- AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2018.
- BACELAR, B. de L. M. *Grammatica Philosophica, e Orthografia Racional da Lingua Portugueza, para se pronunciarem, e escreverem com acerto os vocabulos d'este idioma*. Lisboa: S. T. Ferreira, 1783.
- BAGNO, M. *Uma história da linguística*. Tomo 1. São Paulo: Parábola, 2023.
- BARBOSA, J. S. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Lisboa: Academia das Sciencias, 1822.
- BARROS, J. *Grammatica da lingua portuguesa*. Lisboa: apud Lodovicum Rotorigiū Typographum, 1540.
- BECCARI, A. J. *Tratado sobre os modos de significar ou Gramática especulativa, de Tomás de Erfurt*. Curitiba: Editora da UFPR, 2017.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.

- BECKER, K. F. *Grammar of the German Language*. London: John Murray, 1830.
- BEZERRA, M. S. da S. *Compendio de grammatica philosophica*. Ceará: Typ. Social, 1861.
- BOÉCIO DA DÁCIA. *Modi significandi sive quaestiones super priscianum maiorem*. In: McDERMOTT, A. C. S. (ed.) *Goffrey of Fontaine's abridgement of Boetius of Dacia's modi significandi sive questiones super priscianum maiorem*. Amsterdam: John Benjamin B. V., 1980.
- BORGES NETO, J. Gramática tradicional e linguística contemporâneas: continuidade ou ruptura? *Todas as Letras*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 87-98, 2012.
- BORGES NETO, J. Prefácio. In: BECCARI, A. J. *Tratado sobre os modos de significar ou Gramática especulativa, de Tomás de Erfurt*. Curitiba: Editora da UFPR, 2017, p. 13-18.
- BORGES NETO, J. *História da gramática*. Curitiba: Editora da UFPR, 2022.
- BUFFIER, C. *Grammaire Françoise sur un plan nouveau pour en rendre les principes plus clairs & la pratique plus aisée*. Paris: Nicolas Le Clerc, Michel Brunet, Leconte et Montalant, 1709.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CASTILHO, A. T. de. (coord.) *Gramática do português culto falado no Brasil*. 7 volumes. São Paulo: Contexto, 2013-2016.
- CASTILHO, A. T. de. (coord.) *História do português brasileiro*. 11 volumes. São Paulo: Contexto, 2018-2022.
- CONDILLAC, E. de. *Grammaire (Cours d'études pour l'instruction du Prince de Parme)*. In: *Oeuvres complètes de Condillac, revue, corrigées par l'auteur et imprimées sur ses manuscrits autographes*. Tome huitième. Paris: Chez Dufart, 1803, p. 3-384.
- DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, J. le R. (Orgs.). *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. 35 vol. Paris: Briasson, David, Le Breton, Durand, 1751-1772. Disponível em: <https://enccre.academie-sciences.fr>. Acesso em: 14 maio 2024. Vários verbetes foram traduzidos para o português e publicados pela Editora da UNESP em 6 volumes (2015-2017).
- DIOMEDES. Artis Grammaticae. Libri III. In: *Grammatici Latine – ex recensione Heinrich Keil*. V. 1. Lipsiae (Leipzig): B. G. Teubner, 1857, p. 297-529.

DIONÍSIO TRÁCIO. *Tékhne Grammatiké*. In: CHAPANSKI, G. *Uma tradução da Tékhne Grammatike, de Dionísio Trácio, para o português*. Dissertação (Mestrado em Letras). Curitiba: Universidade Federal do Paraná – Programa de Pós-Graduação em Letras, 2003. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24818>. Acesso em 14 maio 2024.

DONATO. *Ars Minor e Ars Maior*. Ed. crítica. In: HOLTZ, L. *Donat et la tradition de l'enseignement grammatical*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1981, p. 585-674. Trad. para o português: DEZOTTI, L. C. *Arte menor e Arte maior de Donatos: tradução, anotação e estudo introdutório*. Dissertação (Mestrado em Letras). São Paulo: Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, 2011.

DUARTE, A. da C. *Compendio de grammatica philosophica da lingua portugueza*. Maranhão: Typ. Nacional, 1829.

ELIAS, N. *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

ESCALÍGERO (SCALIGER), J. C. *De causis linguae latinae*. [1540] Ed. et Trad.: Pierre Larder; Geneviève Clerico; Bernard Colombat. Genève: Droz, 2018.

FARACO, C. A. Quintiliano: *Ars Oratoria e educação linguística*. In: BECCARI, A. J.; BINATO, C. V. P.; FERREIRA, E. A. G. R. (orgs.). *Retórica - perspectiva histórica e atualidade*. Campinas: Mercado de Letras, 2018, p. 15-40.

FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (eds.) *Gramáticas brasileiras: com a palavra os leitores*. São Paulo: Parábola, 2016.

FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. A linhagem empirista na gramática do século 18. *Revista da ABRALIN*, v. 20, n. 3, p. 464-492, 2021. DOI: [10.25189/rabralin.v20i3.1963](https://doi.org/10.25189/rabralin.v20i3.1963). Acesso em: 20 abr. 2023.

FARACO, C. A.; ZILLES, A. M. *Para conhecer norma linguística*. São Paulo: Contexto, 2017.

FONSECA, P. J. da. *Rudimentos da grammatica portugueza*. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.

FREIRE, L. *Regras práticas para bem escrever*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, s.d.

GIRARD, G. *Vrais Principes de la Langue Française, ou la parole réduite en méthode conformément aux lois de l'usage*. Tome I. Paris: Chez Le Breton, 1747.

GONÇALVES, M. F. Iluminismo e pensamento linguístico em Portugal: o exemplo

das gramáticas filosóficas. *Actes VII Congrés de Lingüística General*. CDRom. Barcelona: Universitat Barcelona - Departament de Lingüística General, 2006, p. 146.

GRIVET, A. *Nova Grammatica Analytica da Lingua Portugueza*. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1881.

HENRIQUES, C. C. *Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois*. São Paulo: Parábola, 2009.

HOLTZ, L. *Donat et la tradition de l'enseignement grammatical*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1981.

LAW, V. *The History of Linguistics in Europe: from Plato to 1600*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LOBATO, A. J. dos R. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770.

LOUREIRO, L. T. de. *Grammatica razoavel da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. Nac., 1828.

MACIEL, Maximino. *Lingua Portugueza – Grammatica Descriptiva*. [1894] 9. ed. aum. e refund. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.

MELO, J. C. do C. e. *Gramática Filosofica da Linguagem Portuguêza*. Lisbôa: Impressão Régia, 1818.

MULINACCI, R. *Moderna Gramática Portuguesa: habemus grammaticam?* In: FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (eds.) *Gramáticas brasileiras: com a palavra os leitores*. São Paulo: Parábola, 2016, p. 113-147.

NEBRIJA, E. A. de. *Gramática castellana*. [1492] Introducción y notas de Miguel Ángel Esparza y Ramón Sarmiento. Madrid: Fundación Antonio Nebrija/SGEL, 1992. Disponível em: <https://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000174208&page=1>. Acesso em: 14 maio 2024.

NEBRIJA, E. A. de. *Instructiones latinae-Recognitio*. Introducción, edición crítica, traducción y notas de Eustaquio Sánchez Salor, Santiago Lopez Moreda, María Luisa Harto Moreda y Joaquín Villalba Álvarez. Vol. 1 y 2. Cáceres: PublicaUEx Editorial, 2022.

NEBRIJA, E. A. de. *Introducciones latinas contrapuesto el romance al latin*. [c.1488] Edição crítica de Miguel Angel Esparza e Vicente Calvo. Munster: Nodus Publikationen, 1996.

OLIVEIRA, F. de. *A Gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975.

PEREIRA, M. A. *Quintiliano gramático: o papel do mestre de Gramática na Institutio Oratoria*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2005.

PRETE, M. *O perfil teórico-metodológico da Grammatica Portugueza de Júlio Ribeiro*. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa). São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2020.

PRISCIANO. *Institutionum Grammaticarum Libri I-XII* – ex recensione Martin Hertz. In: *Grammatici Latini* – ex recensione Heinrich Keil. Vol. II. Lipsias (Leipzig): B. G. Teubner, 1855. PRISCIEN. *Grammaire*. Texto latino e trad. para o francês dos livros XI e XII: *Groupe Ars Grammatica*. Paris: J. Vrin, 2020.

PRISCIANO. *Institutionum Grammaticarum Libri XIII-XVIII* – ex recensione Martin Hertz. In: *Grammatici Latini* ex recensione Heinrich Keil. Vol. III. Lipsias (Leipzig): B. G. Teubner, 1858. PRISCIEN. *Grammaire*. Texto latino e trad. para o francês dos livros XIII a XVIII: *Groupe Ars Grammatica*. Paris: J. Vrin, 2010-2020.

QUINTILIANO, M. F. *Instituição oratória*. Tomos I-IV. Ed. em latim e português. Trad. e notas Bruno F. Bassetto. Campinas: Editora da UNICAMP, 2015-2016.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Gramática de la Lengua Castellana*. Madrid, 1771.

REIS, F. S. *Grammatica Portugueza*. [1866] 2. ed. revista, corrigida e annotada. Maranhão: Typ. De R. d'Almeida & C. Editores, 1871.

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, 1881.

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. 2. ed. São Paulo: Typ. De Jorge Seckler, 1884.

SACERDOTE, M. P. *Artium Grammaticarum*. In: *Scriptores Artis Metricae* – ex recensione Heinrich Keil. Lipsiae (Leipzig): B. G. Teubner, 1874, p. 427-546.

SANCHEZ DE LAS BROZAS, F. *Minerva, seu de causis linguae latinae*. [1587] Commentarius Gasp. Scioppius & Jac. Perizoni. Amstelaedami: Fratrum de Tournes, 1761.

SANCHEZ DE LAS BROZAS, F. *Minerva, seu de causis linguae latinae*. Trad. para o espanhol: SÁNCHEZ SALOR, E.; CHAPARRO GÓMEZ, C. (eds.) Cáceres: Institución Cultural El Brocense, 1995.

TOMÁS DE ERFURT. *Tractatus de modis significandi seu grammatica speculativa.* (c. 1300) Tradução para o português: BECCARI, A. J. *Tratado sobre os modos de significar ou Gramática especulativa, de Tomás de Erfurt.* Curitiba: Editora da UFPR, 2017.

VALLA, L. *Elegantiae linguae latinae.* [1441] S. LÓPEZ MOREDA (ed.) Cáceres: Univerisdad de Extremadura, 1999.

VIEIRA, F. E. *Gramáticas brasileiras contemporâneas do português: movimentos de ruptura e linhas de continuidade com o paradigma tradicional de gramatização.* Tese (Doutorado em Linguística). Recife: Universidade Federal de Pernambuco – Programa de Pós-Graduação em Letras, 2015.

VIEIRA, F. E. Tradição gramatical: história, epistemologia e ensino. In: VIEIRA, F. E.; BAGNO, M. (Orgs.). *História das línguas, histórias da Linguística: homenagem a Carlos Alberto Faraco.* São Paulo: Parábola Editorial, 2020. p. 85-125.

VIEIRA, F. E.; FARACO, C. A. *Gramática do português brasileiro escrito.* São Paulo: Parábola, 2023.

VIEIRA, F. E.; FARACO, C. A. A construção de um padrão exonormativo para o português do Brasil. In: SOUSA, S. C. T. de; BRAGA, A. (Orgs.). *A dimensão política da língua(gem): perspectivas da Linguística Aplicada e das Teorias do Discurso.* Campinas, SP: Pontes, 2024 (no prelo).

